



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4164101/2017-DPCRIM/DITEC/PF

Processo nº 08200.019595/2017-89

1. DO OBJETO

Trata-se de contratação de serviço de gerenciamento, visualização, atualização e impressão de uma coleção de normas técnicas ABNT/NBR/NM.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Criminalística do Departamento de Polícia Federal deve manter-se atualizada, a fim de fazer frente aos avanços tecnológicos utilizados nos diversos tipos de crime cuja competência é do Departamento de Polícia Federal.

Por se tratar de um trabalho eminentemente técnico, a realização de perícias, bem como a posterior elaboração dos respectivos laudos, são atividades em que se requer a consulta a normas técnicas nacionais e internacionais, elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Portanto, a contratação de serviço de disponibilização de normas técnicas via internet apresenta-se como ferramenta de grande importância para o desempenho das atividades periciais.

Atualmente, a demanda pelas normas da ABNT evidencia-se através de várias solicitações oriundas dos Serviços do INC e SETECs, e pela utilização das normas que foram contratadas anteriormente.

Com a contratação do serviço, a coleção de normas ABNT, montada para atendimento à DITEC, ficará disponível para consulta on-line do texto integral em todas as unidades de criminalística, havendo maior agilidade no processo de acesso aos seus conteúdos.

3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A contratação do serviço de aquisição e gerenciamento de normas técnicas ABNT consiste na montagem de uma coleção atualizada de 200 normas técnicas ABNT/NBR/NM, com permissão para visualização deste acervo através da internet, por todos os funcionários em qualquer de seus departamentos ou unidades. A validade da assinatura é de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação do contrato no D.O.U.

3.1 Os serviços compreendem:

- Manutenção da coleção de 200 normas contratadas durante a vigência do contrato, disponibilizando a atualização automática de todas as normas revisadas e/ou substituídas da coleção.
- Permissão para visualização da coleção contratada através da internet, em qualquer de seus departamentos ou unidades, devidamente autorizados pela empresa contratante do serviço, com a mesma razão social e CNPJ.

- Permissão para impressão das normas contratadas, por meio do sistema via WEB.
- Gerenciamento de todos os acessos da coleção contratada, permitindo à DITEC/Departamento de Polícia Federal, acompanhar os trabalhos de pesquisa de seus funcionários.

3.2 Vantagens

- Acesso rápido à pesquisa de normas da coleção contratada por todas as unidades da **DITEC/Departamento de Polícia Federal**.
- Gestão integrada da coleção de normas contratadas pela **DITEC/Departamento de Polícia Federal**.
- Redução de custos e otimização dos processos, evitando aquisições duplicadas e aumentando a confiabilidade da informação.

3.3 Recursos

Todos os recursos e facilidades oferecidos pelo serviço estão contemplados no Guia do Usuário, que será disponibilizado em formato eletrônico a todos os funcionários que tiverem acesso ao mesmo.

3.4 Utilização do Serviço

A contratada disponibilizará:

- A utilização do sistema 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana.
- Notificação à contratante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência quando da realização de manutenções preventivas programadas que forem necessárias ao sistema.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados à Diretoria Técnico-Científica no Orçamento Geral da União para o exercício de 2017, sob a seguinte classificação:

GESTÃO/ UG	
PTRES	
FONTE	
ELEMENTO DE DESPESA	
PI	
VALOR TOTAL	

5. DO PAGAMENTO

5.1. A Diretoria Técnico-Científica/DPF efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia útil, contatos a partir do recebimento da documentação fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa) devidamente protocolizada em 02 (duas) vias, atestadas pelo fiscal do contrato, após recebimento definitivo do serviço. O pagamento se dará mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal;

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de prestação dos serviços;

5.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa, para verificação da situação relativa às condições de habilitação exigidas, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93;

5.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento sustado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria;

5.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção;

5.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

5.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

6 . DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

6.1 Prestar os serviços por intermédio de seus profissionais contratados, devidamente habilitados para sua execução;

6.2 Comunicar verbal e imediatamente ao órgão fiscalizador todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e/ou fornecimento, reduzindo a termo a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos;

6.3 Disponibilizar as normas solicitadas pela CONTRATANTE para sua coleção, nos termos deste projeto básico, bem como da proposta;

6.4 Disponibilizar à CONTRATANTE, mensalmente, as atualizações sofridas na base de dados cadastrais das Normas técnicas contratadas;

6.5 Dar suporte técnico à CONTRATANTE, através da central de atendimento telefônico e/ou via Internet, durante vigência contratual, no período de segunda-feira a sexta-feira das 08h30min horas às 17h30min horas;

6.6 Responsabilizar-se por qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, quer pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato, quer por ato comissivo ou omissivo de seus empregados ou prepostos, respondendo legalmente na pessoa de seu representante;

6.7 Responsabilizar-se, ainda, pelo pagamento de seguros, impostos, encargos sociais e quaisquer despesas referentes aos serviços contratados ou aos profissionais que os executarão.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

7.2 Designar um servidor como fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução e atestar as faturas, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93;

7.3 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do serviço e permitir o acesso às instalações da contratante quando solicitado pela contratada;

7.4 Não ceder ou transferir os direitos oriundos do contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito da CONTRATADA;

7.5 Reconhecer a propriedade intelectual das normas contratadas, não utilizando o serviço para fins que violem os direitos autorais da ABNT;

7.6 Atender aos requisitos técnicos para utilização do serviço, estabelecidos na proposta apresentada pela empresa.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa às sanções previstas nas legislações pertinentes, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da empresa, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

8.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

8.1.3. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

8.1.4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de inexecução total;

8.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.2. No caso de atraso na entrega ou inexecução das obrigações por parte da empresa superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o serviço a ser prestado, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

8.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

8.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela empresa ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Administração.

8.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a empresa deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

8.7. A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela administração.

9. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

9.1 – O presente “Projeto Básico” foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições

legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração da contratação.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2017.

NORMA RODRIGUES GOMES
Perita Criminal Federal
Responsável pela ARGEC/DPCRIM

De ACORDO, ao Diretor Técnico-Científico para aprovação:

CARLOS CÉSAR BEZERRA
Perito Criminal Federal
Chefe da Divisão de Pesquisa, Padrões e Dados Criminalísticos

APROVO o Projeto Básico para a contratação do serviço de coleção de normas ABNT/NBR/NM:

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor da DITEC/DPF



Documento assinado eletronicamente por **NORMA RODRIGUES GOMES, Perito(a) Criminal Federal**, em 29/09/2017, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS CESAR BEZERRA, Chefe de Divisão**, em 29/09/2017, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 02/10/2017, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4164101** e o código CRC **A3DEFA61**.